



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ**  
**CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

<b>INTERESSADO (A):</b> Escola Normal Rural de Limoeiro		
<b>EMENTA:</b> Autoriza, em caráter especial, a Escola Normal Rural de Limoeiro, Limoeiro do Norte, Ceará, a promover a progressão parcial proposta na Lei Nº 9.394/96, art. 24, inciso III.		
<b>RELATOR (A):</b> Jorgelito Cals de Oliveira		
<b>SPU Nº</b> 00398643-8	<b>PARECER Nº</b> 0146 /2001	<b>APROVADO EM:</b> 14.03.2001

## **I - RELATÓRIO**

Maria das Dores Vidal, diretora da Escola Normal Rural de Limoeiro, Limoeiro do Norte -Ce., através do Processo Nº 00398643-8, solicita a este Conselho autorização em caráter especial, para desenvolver progressão parcial nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/96, art. 24, inciso III, tendo em vista que vários alunos não alcançaram aprovação em diversas disciplinas do ensino fundamental e médio.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/96, em seu art. 24, inciso III, permite a progressão parcial, desde que a escola que adota a progressão regular admita a parcial em seu regimento, desde que haja seqüência no currículo e observem-se as normas do respectivo sistema de ensino.

Até o presente momento, o Conselho de Educação não regulamentou normas específicas sobre o assunto e os regimentos estão quase todos defasados ou em via de reformulação. Mas a lei está em vigor desde 20 de dezembro de 1996, desde que se respeite a seqüência curricular e a progressão parcial pode ser adotada.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ**  
**CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Cont. do Parecer Nº 0146 /2001

**III - VOTO DO RELATOR**

Salvo melhor juízo, a Escola Normal Rural de Limoeiro, pode admiti-la desde já, em caráter especial, uma vez que seu Regimento em preparação vai adotar a progressão parcial.

**IV - CONCLUSÃO DA CÂMARA**

Processo aprovado pela Câmara da Educação Básica do Conselho de Educação do Ceará.

Sala das Sessões da Câmara da Educação Básica do Conselho de Educação do Ceará, em Fortaleza, aos 14 de março de 2001.

Jorgelito Cals de Oliveira  
Relator e Presidente da Câmara

PARECER      Nº 0146 /2001  
SPU            Nº 00398643-8  
APROVADO   EM: 14.03.2001

---

Marcondes Rosa de Sousa  
Presidente do CEC